

Perspectivas para as Relações CE-América Latina

Miguel Anacoreta Correia

Assiste-se hoje, como há quinhentos anos, ao fim de uma época e ao início de outra, sem se saber o que nos espera. Aceleraram-se as disparidades no mundo, que se tomou, por seu lado, mais consciente de que compartilhamos um mesmo espaço percorrido a uma velocidade cada vez maior, fazendo perder boa parte do significado histórico das fronteiras.

Mundo mais consciente, também, de que o património natural é comum à Humanidade e que sobre ele pairam ameaças, devido a aspectos perversos do mesmo progresso técnico e à aceleração do ritmo de vida. Aceleração que não poupa também o mapa político e os próprios valores em que as sociedades acreditam. Vimos num curto espaço de tempo o colapso dos regimes totalitários no leste. Na Europa mais ocidental, a configuração do que será a União Europeia aparece submetida a formidáveis desafios.

Constitui um lugar comum, mas nem por isso é menos verdade afirmá-lo que se está num momento de transição histórica, de crise, de readaptação que vai exigir, talvez, uma profunda alteração na maneira de pensar. É, pois, também, um bom momento para fazer uma revisão do estado actual das nossas relações com o continente latino-americano e procurarmos ver que linhas nos devem guiar para o futuro.

Não podemos ocultar que, de início, as relações entre as duas regiões foram caracterizadas por uma certa incompreensão mútua. Alguns autores consideraram que os anos 60 e 70, foram, de certa forma, *anos de esquecimento*, de *incompreensão* ou de *desconfiança mútua*.

Factores como a entrada de Espanha e Portugal na Comunidade Europeia, e a primavera da democracia que percorreu os países da América Latina, contribuíram poderosamente para o fortalecimento das relações entre as duas regiões, bem como para a institucionalização – cada vez mais avançada – dos diferentes diálogos que se foram estabelecendo a diversos níveis.

As relações bilaterais e inter-regionais

Aos primeiros acordos de carácter sectorial dos anos 60, celebrados com o Brasil e a Argentina, sucederam-se os acordos de cooperação económica e comercial dos anos 70. Os acordos celebrados mais recentemente, designados na gíria comunitária, como acordos de terceira geração, contemplam possibilidades muito vastas de cooperação e fundamentam-se nos princípios de vivência democrática e de respeito pelos direitos humanos. Estes acordos representam uma mudança qualitativa, pretendem ir mais longe do que a cooperação tradicional, baseada na ajuda ao desenvolvimento e na cooperação comercial, adequando-se melhor à actual realidade económica latino-americana. Compreende-se, pois, que se dê frequentemente uma prioridade à cooperação económica, que engloba, por exemplo, a

cooperação industrial (que eu preferiria chamar de cooperação entre empresas), a promoção dos investimentos estrangeiros ou programas na área da ciência e da tecnologia.

É de destacar que os ditos acordos institucionalizam um diálogo periódico e estável entre a Comunidade Europeia – representada pela Comissão – e os seus parceiros latino-americanos através do sistema de comissões mistas que permitem abordar temas de interesse mútuo. Acordos-quadro da terceira geração foram assinados com a Argentina, Chile, México, Paraguai, Uruguai, e Brasil.

No que se refere às relações inter-regionais entre a Comunidade Económica Europeia e a América Latina, o primeiro diálogo encontra os seus antecedentes nos anos 70, quando se iniciaram os contactos entre o grupo dos embaixadores latino-americanos junto da CEE (GRULA) e os representantes da Comunidade (Comissão e Conselho). O impacto desta primeira tentativa foi reduzido e teve que se esperar alguns anos até poder ser materializado um verdadeiro diálogo com importantes iniciativas políticas e económicas.

Em meados da década de 80, no contexto da profunda crise centro-americana que então se vivia, a Comunidade mostra o seu interesse em oferecer o seu apoio aos esforços em favor da paz na região. Em 28 e 29 de Outubro de 1984 teve lugar uma conferência que reuniu 10 ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade, de Espanha e Portugal (na altura ainda não membros da Comunidade Económica Europeia) e os seus homólogos da América central e do Grupo de Contadora.

Desde essa ocasião, a Comunidade quis sublinhar um enfoque regional no quadro das suas relações com a América central, estabelecendo um diálogo político a nível de ministros dos Negócios Estrangeiros – concluindo, simultaneamente, um acordo de cooperação com os cinco países membros do Mercado Comum Centro Americano e Panamá, o que permitiu pôr em marcha uma gama muito diversa de instrumentos de cooperação bem como criar instituições conjuntas como as comissões mistas CE-América central e respectivas sub-comissões. Desta forma, foi institucionalizado um diálogo nos planos político e económico entre as duas regiões, reflexo do interesse comunitário em adoptar a sua própria posição frente ao istmo centro-americano. Neste contexto, a Comunidade contribui financeiramente para importantes iniciativas dirigidas a evitar ameaças de desintegração da região, devido aos longos e duríssimos conflitos que se verificaram no seu interior. Esses projectos visaram, simultaneamente, fortalecer as estruturas de cooperação entre governos, administrações e empresários dos diferentes países.

Nos últimos anos, a Comunidade que sempre apoiou o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, de programas em matéria de segurança alimentar e de desenvolvimento rural integrado, concentra os seus esforços na promoção do processo de integração através de acções dirigidas a fortalecer as instituições regionais em programas que permitam relançar as economias da região, com a finalidade de contribuir para a emergência de um mercado centro-americano integrado e assente numa zona estável.

Foi nesta perspectiva *supra* referida, que se processaram oito conferências ministeriais – as Conferências de S. José – as últimas das quais se realizaram em Manágua e em Lisboa.

Pacto Andino, Mercosul e Grupo do Rio

Em 1987 entrou em vigor o acordo de cooperação que institucionalizou as relações entre a Comunidade Europeia e o Pacto Andino, que reúne a Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. O acordo foi concebido como um instrumento para promover o desenvolvimento das relações entre as duas regiões. Neste enquadramento, previu-se a celebração de comissões mistas e das correspondentes sub-comissões. A regularidade destas reuniões foi bastante baixa, devido a causas de natureza diversa, de que sobressaem as próprias dificuldades internas que atravessou o Pacto Andino nos últimos anos.

Uma das realizações mais notáveis desta cooperação terá sido a iniciativa comunitária de estender aos países do Pacto (com excepção da Venezuela) o sistema de preferências especiais, contemplado no sistema de preferências generalizado, dentro da política comunitária de apoio à luta contra a droga.

Em de Setembro de 1991, os Embaixadores andinos junto da Comunidade Europeia apresentaram à Comissão o pedido oficial para a renegociação de um novo acordo de cooperação CE-Pacto Andino, de tipo acordo de terceira geração. O Conselho de Ministros da Comunidade deve, muito em breve, aprovar as directivas da sua negociação, as quais, posteriormente, permitirão concluir a sua negociação. É evidente que uma avaliação da situação no Peru – país onde se situa o secretariado do Pacto – pode aconselhar que o calendário inicialmente previsto, sofra alterações.

No quadro da recente evolução do processo de integração que constitui o Tratado de Assunção entre a Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, de que resultou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade Europeia está profundamente interessada em desenvolver a mais ampla cooperação com as instituições daquele Mercado Comum. Assim, a Comunidade avançou a ideia de uma estratégia de cooperação em duas etapas. Numa primeira etapa, o objectivo principal seria a criação, o mais rapidamente possível, de um quadro jurídico apropriado à cooperação Comunidade-Mercosul, sobretudo, no que se refere à assistência técnica que a Comissão possa fornecer ao arranque de instituições e políticas do Mercosul. Este quadro jurídico seria traduzido pela celebração de um acordo de cooperação interinstitucional entre a Comissão e o Conselho do Mercosul. Uma segunda etapa, contemplaria a possibilidade de um acordo de cooperação de terceira geração entre a Comunidade e o Mercosul.

Um outro elemento importante e visível dentro do contexto das relações, foi a institucionalização das relações entre a Comunidade Europeia e seus Estados membros com os países membros do Grupo do Rio, que teve lugar através da Declaração de Roma de 20 de Dezembro de 1990. Mais do que uma simples conferência ministerial e mais do que uma simples declaração de princípios, o seu significado engloba o estabelecimento de um

verdadeiro diálogo institucionalizado. Pretendeu-se, assim, dar resposta às contínuas solicitações vindas do lado latino-americano para se considerar a região como uma entidade não apenas geográfica mas também política, tendo, embora, em conta as suas particularidades.

Este diálogo político institucionalizado permitiu estabelecer prioridades na nossa cooperação. Quatro campos foram decididos: a formação dos quadros administrativos e empresariais, o apoio aos processos de integração regional, a promoção dos investimentos e a cooperação em matéria de ciência e tecnologia.

Os esforços da Comissão centraram-se nestes campos e, assim, vários programas e projectos que cobrem o conjunto dos países latino-americanos estão decididos e accionados com vista a responder às prioridades estabelecidas.

Uma equipa da nossa Direcção, concentra-se na preparação da II Conferência Ministerial que ocorrerá em Santiago do Chile. A conferência conferirá certamente um lugar importante à apreciação da situação no Peru, país que foi suspenso pelos outros parceiros de participar nos trabalhos do Grupo do Rio. Na verdade, tratar-se-á de uma prova prática de que o diálogo entre a Europa e a América Latina, nos dias de hoje, só pode desenvolver-se com o estrito respeito dos seus fundamentos democráticos.

Finalmente, deve salientar-se que a Comunidade mantém relações com vários organismos latino-americanos, mantendo com alguns um estatuto de observador, nomeadamente: Associação Latino-Americana de Integração, Sistema Económico Latino-Americano, Instituto Iberoamericano de Cooperação Agrícola, Organização dos Estados Americanos e Junta do Acordo de Cartagena.

O papel do Parlamento Europeu

É imprescindível destacar o importante papel desempenhado pelo Parlamento Europeu no fortalecimento das relações entre as duas regiões. Precursor no interesse pelo Continente Latino Americano, reflectido na constituição de duas delegações permanentes – uma para a América central e México e outra para a América do sul – agrupando os parlamentares especialmente interessados no desenvolvimento das relações com essas regiões.

Em 1974 celebrou-se a I Conferência Interparlamentar CE-América Latina que reuniu representantes parlamentares das duas regiões. A partir dessa data, institucionalizou-se um diálogo permanente entre ambas as instituições que se materializa através da celebração, de dois em dois anos, de uma reunião, com o objectivo de procurar soluções para os problemas que se apresentam nas relações mútuas, bem como através de declarações ou manifestos.

A materialização das acções de cooperação

Saliente-se que, como forma de materializar o diálogo na prática quotidiana, a Comunidade abriu representações diplomáticas no México, San José, Caracas, Lima, Brasília, Santiago,

Montevideo e Buenos Aires, prevemos ainda a abertura de uma representação em Bogotá, e, posteriormente, uma segunda representação na América central.

Em Fevereiro de 1991, o Conselho da Comunidade Económica Europeia aprovou as novas orientações para a cooperação com os países em vias de desenvolvimento da América Latina e da Ásia. Essas orientações propõem a implementação de um conjunto equilibrado de instrumentos de cooperação com tais países, com o objectivo de proceder a uma política de cooperação mais organizada e coordenada. Neste quadro, foram fixados objectivos financeiros plurianuais para um período de cinco anos, 1991 – 1995, 1.000 milhões de ECU's para Cooperação Financeira e Técnica e Cooperação Económica (um aumento de 100% em relação aos 5 anos precedentes).

Por outro lado, as orientações gerais estabelecem os dois principais eixos de cooperação para o futuro, de acordo com a política de diferenciação que a Comunidade pretende estabelecer nas suas relações com terceiros países em vias de desenvolvimento. É neste quadro, que se diferencia claramente entre a política de ajuda ao desenvolvimento em favor dos países e camadas da população mais necessitadas e a cooperação económica de interesse mútuo dirigida para os países e regiões com forte potencial de desenvolvimento, num horizonte próximo. Ainda nestas orientações, a dimensão da protecção do meio ambiente aparece reforçada, uma vez que a consideração dos seus aspectos deverá ser tida em conta em todas as acções futuras.

Balanço da cooperação CE/ América Latina

O balanço, necessariamente sintético, está feito e ainda que, certamente, incompleto. Ele mostra-nos que: a Comunidade desenvolve, desde há vários anos, um diálogo político de forma institucionalizada com toda a América Latina; os resultados são muito positivos no plano da cooperação financeira e técnica e no da cooperação económica, a qual se vai desenvolver significativamente nos próximos anos; o diálogo político contribuiu poderosamente para a constituição da paz, em especial na América central; a nossa cooperação contribui para o reforço da democracia, para o respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e para a abertura das sociedades ao exterior, principalmente na América do sul.

Em termos financeiros cerca de 300 milhões de ECU's (mais de 350 milhões de dólares) são despendidos anualmente pela Comunidade Económica Europeia nesta região, em mais de 450 acções. Valor a que se devem acrescentar as contribuições dos Estados membros para as suas ajudas bilaterais e das contribuições para agências multilaterais. A Europa comunitária é de longe o maior dador de ajudas à América Latina, embora a excelente mediatização de outras iniciativas possa levar a pensar o contrário¹.

Muitos europeus – mesmo tendo elevadas responsabilidades – parecem surpreendidos quando a sua atenção é chamada para o facto de que nós – europeus – temos interesses importantes, na área económica, a promover.

Com efeito, a Europa comunitária representa 23% do comércio daquela região. Apesar das queixas que se ouvem frequentemente sobre as barreiras que se opõem à entrada de produtos nos nossos mercados, a balança comercial é desfavorável à Europa². Os direitos aplicados às mercadorias importadas pela Europa são, em média, 4 a 5 vezes menores que os aplicados às mercadorias que exportamos. Veja-se o caso, por exemplo, do Chile, um país que apresenta das melhores *performances* daquela região: direitos alfandegários recebidos pela Comunidade 60 milhões de dólares (média 2%), recebidos pelo Chile (média 11 %). Total das exportações do Chile 9.048 milhões de dólares. Saldo comercial a favor do Chile 1.408 (mais que o saldo global da balança comercial).

Mesmo nos investimentos a presença europeia é muito forte. Em países como o Brasil e a Argentina, os primeiros investidores são os europeus.

Tudo isto são dados importantes e provam que as nossas relações não se limitam a um apertado abraço cheio de vazio. Pelo contrário têm um conteúdo concreto, sobretudo ao nível dos agentes económicos. As dificuldades no plano comercial existem, mas têm, apesar de tudo, pouca relevância económica.

Significa isto que podemos estar eufóricos? Que podemos dizer que tudo está feito e que pouco há a fazer?

É óbvio que não. Nós, *os da América Latina* em Bruxelas, não nos cansamos de reflectir os *atouts* consideráveis do continente: cento e cinquenta a duzentos milhões de consumidores com poder de compra elevado em padrões internacionais, reserva de matérias-primas, posição estratégica. Continente onde as instituições de economia de mercado estão solidamente implantadas ao contrário dos países de leste que viveram em economia de desastre nas últimas décadas. A América Latina não tem conflitos fronteiriços, pelo contrário, tem, ultimamente, enterrados contenciosos de décadas. O Estado beneficia de uma autoridade incontestada, as suas instituições políticas e económicas são, em grande medida, decalcadas da Europa.

A tudo isto se juntam interesses culturais importantes, especialmente para os países do sul da Europa. O continente Latino-Americano dispõe de uma sólida e uniforme base cultural. Reforçar as relações da Europa com os países da América Latina é recentrar a própria Europa comunitária, que teve o seu impulso para o sul com a adesão de Espanha e Portugal mas que tem sofrido, ultimamente, uma forte solicitação do leste. Há que compreendê-lo, sem complexos de qualquer ordem. Ali joga-se, em boa medida, a nossa segurança, valor a que o continente europeu, dá a maior importância, palco que foi das confrontações mundiais e que vive há quase 50 anos o maior período, desde sempre, de não existência de guerra declarada.

Porém, os desafios que se põem à América Latina são enormes: no campo demográfico, da defesa do meio ambiente, das dificuldades inerentes a economias tradicionalmente fechadas em se adaptarem a uma abertura exterior e à cooperação com vizinhos. Também no que se respeita às grandes disparidades sociais e à elevada percentagem de população com níveis de

vida abaixo dos níveis de dignidade, o que constitui um convite a todos os tipos de marginalização.

Sauda-se a recuperação económica do continente, o regresso do investimento estrangeiro e dos «capitais evaporados».

Consolidar, aprofundar, melhorar

Pensa-se que, numa fase de grandes solicitações e de grandes interrogações, em que o essencial está garantido, a melhor actuação consiste em conservar e valorizar o *acquis* preparando cuidadosamente cada novo salto em frente. O quadro da nossa cooperação bilateral e multilateral está praticamente completo. Em cada novo acordo são introduzi das melhorias. De facto, a nossa prioridade e a nossa preocupação devem ser consolidar, aprofundar, melhorar.

Mesmo do lado dos serviços que têm a seu cargo a implementação dos projectos e programas há necessidade desta consolidação – uma administração não tem, não pode ter por definição – a mesma capacidade de adaptação que uma pequena e média empresa.

Seria injusto não reconhecer, em toda esta grande arrancada, o papel que desempenhou o Comissário Abel Matutes que, animado por uma fé enorme nos destinos da cooperação CEE/ América Latina, deseja esta consolidação e que ela seja completada, todavia, por iniciativas de grande alcance político. Que a nossa cooperação seja intransigente contra os desvios à democracia e que dentro do princípio da subsidiariedade os recursos comunitários se apliquem sobretudo em áreas onde temos uma mais valia específica a fornecer: programas de investigação, cooperação na área do ambiente, na formação de empresários, e sobretudo, na área da tecnologia e integração. Toda esta diversificação da cooperação deverá ter em conta a especificidade de cada país ou região e ser baseada num forte diálogo político.

Tudo isto parece ser uma evidente prioridade com vista a progredir, melhorar e incrementar o diálogo e cooperação a nível bilateral com o Grupo do Rio, o Grupo de S. José, o Pacto Andino e o Mercosul.

¹ Ajuda pública ao desenvolvimento da América Latina.
Comunidade+estados membros(1990 = 1.340 Mio de dólares
EUA = 1.070 Mio de dólares

² Déficit em 1987- 6.600 Mio de dólares
1990 - 12.700 Mio de dólares
Importações europeias em 1986 - 20.000 Mio de dólares
1990 - 33.000 Mio de dólares